



Entrevista: Fernanda Bruno// Interview: Fernanda Bruno

Vigilância hoje// Surveillance today

Por Eduardo de Jesus¹

Como podemos pensar as questões ligadas à vigilância hoje em dia? Quais são as tensões e enfrentamentos típicos que as diversas formas de vigilância nos trazem? A vigilância é um tema central na cultura contemporânea e se desdobra pelos mais diversos domínios e campos do conhecimento. Fernanda Bruno, professora do programa de pós graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, é autora de “Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia, subjetividade” (Sulina, 2013) e uma das principais pensadoras da vigilância na contemporaneidade. Na entrevista abaixo, Fernanda trata de algumas questões emergentes ligadas à vigilância

¹ Eduardo de Jesus é professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas; mestre em Comunicação pela UFMG (2001) e doutor em Artes pela ECA/USP (2008)

1. Guattari em seu texto “Da produção de subjetividade” aponta que “os conteúdos da subjetividade dependem, cada vez mais, de uma infinidade de sistemas maquínicos”. Nas diversas redes sociais mediadas por computador que experimentamos hoje em dia vemos uma complexa e múltipla relação entre vigilância e visibilidade. Esses são novos caminhos para a produção de subjetividade na contemporaneidade? Qual forma de subjetividade pode emergir dessa tensão?

Este texto do Guattari, especialmente esta passagem, fez certamente grande sentido para muitos de nós nos anos 1990, mas naquele momento ainda não experimentávamos esta produção maquínica da subjetividade com a intensidade de hoje. Esta produção ganha recentemente proporções ao mesmo tempo íntimas e grandiosas, atravessando desde o nosso cotidiano mais íntimo até conexões em escala global. A complexidade e ambiguidade desta produção maquínica, também apontada por Guattari neste texto, persiste plenamente presente. Os processos de vigilância e visibilidade nas redes sociais da Internet são especialmente significativos quanto a este aspecto. De um lado, as dinâmicas de visibilidade nestas redes permitem uma diversidade de modos de expressão da subjetividade, tanto individuais como coletivos. De outro lado, toda esta dinâmica é atravessada por processos de vigilância de diversas ordens: familiar, afetiva, comercial, securitária, policial, estatal. O diagnóstico de Foucault permanece verdadeiro: “a visibilidade é uma armadilha”. As redes que ampliam a visibilidade dos indivíduos são também aquelas que ampliam a vigilância.

Se as práticas de visibilidade são muito evidentes para todos os que habitam estas redes, os processos de vigilância, por sua vez, são mais discretos e menos conhecidos. Dois acontecimentos recentes, contudo, tornaram mais clara parte desta vigilância nas redes sociais. O vazamento do documento que revela o programa de vigilância implementado pela NSA, o PRISM, que tem como um de seus focos privilegiados os dados que doamos ao Facebook, ao Google, ao Skype, entre outros. Para usar os termos que circularam na imprensa, todas estas plataformas teriam uma porta dos fundos por onde entram os estados, violando gravemente a privacidade dos usuários. O outro evento se passou no Brasil e teve menos repercussão, mas foi claramente percebido por uma série de usuários do Facebook que, entre os dias 21 e 22 de junho, dias seguintes às últimas grandes manifestações no Rio de Janeiro, São

Paulo, Belo Horizonte, entre outras, tiveram suas contas suspensas ou bloqueadas. Usualmente isto ocorre através de denúncias de outros usuários, o que mostra como é forte a “vigilância lateral” (Andrejevic) no Facebook, que nestes dias parecia uma comunidade de “*neighbourhood watch*”.

Chegando enfim à questão sobre as formas de subjetividade que podem emergir destas tensões, eu ressaltaria um aspecto, que certamente não esgota o problema, mas merece atenção. Falo da dimensão coletiva desta produção maquínica de subjetividade. No início da popularização destas redes sociais, uma série de pesquisas, inclusive minhas, chamavam a atenção para uma ampliação das margens de visibilidade do que se entendia como intimidade. Eu particularmente estava interessada nas novas topologias que tais subjetividades assumiam, os deslocamentos das fronteiras público/privado e as mudanças no estatuto do olhar do outro. Estas análises estavam muito atentas aos processos que de algum modo ampliavam os investimentos num Eu que, mesmo requisitando o olhar do outro, permaneceria voltado para si. Mas felizmente as coisas não param por aí e percebemos também a emergência de dinâmicas coletivas na produção dessas subjetividades. Esta passagem do eu ao nós me parece o processo ao qual devemos estar atentos, ainda que ele possa ser minoritário. A transição dos murmúrios e desejos individuais às insurreições e afecções coletivas. Os recentes protestos políticos no Brasil são um caso desta passagem, que colocou em ação um outro pathos nestas redes, mobilizando a ocupação política das cidades e novos agenciamentos coletivos das subjetividades. As práticas de visibilidade e vigilância e as disputas que elas envolvem deixaram de concernir apenas aos indivíduos e seus círculos pessoais, e ganharam um corpo coletivo que toma as ruas e alimenta as redes em retorno direto das manifestações, assembleias e ocupações, fazendo circular imagens, relatos, eventos e sentidos que operam na contra-mão da vigilância, da violência policial e da forma como a chamada “grande mídia” está reportando estes acontecimentos. As disputas estão em curso e nada está decidido, tudo está aberto, mas há, para retomar os termos de Guattari no texto citado, uma produção maquínica da subjetividade em que processos de re-singularização e de constituição de novos territórios existenciais coletivos se tornam possíveis. Este não é um caso isolado, processos similares se passam em toda parte e esta me parece a face mais interessante da produção de subjetividade netas redes hoje.

2. Em artigo recente publicado na revista *Galaxia*, você trabalha com os

esquemas inteligentes de vigilância, câmeras associadas a sistemas sofisticados de rastreamento, mesmo que apenas das superfícies. Esses sistemas, a seu ver, sistematizam as características de uma passagem de formas de vigilância mais disciplinares para outras mais de controle, retomando as ideias de Deleuze em sua leitura de Foucault?

Sim, eu diria que estes sistemas materializam uma passagem da disciplina ao controle, mas ao mesmo tempo entendo que tais regimes não se organizam historicamente segundo um passado e um presente absolutos. Isto é: vemos nas sociedades atuais, domínios de convivência ou de sobreposição de procedimentos disciplinares e procedimentos de controle no campo da vigilância. Além disso, há zonas de indefinição que não cabem plenamente em nenhuma destas noções – disciplina ou controle - e que nos forcem a pensar para além delas.

No caso dos sistemas de video-vigilância que se proclamam inteligentes, seguindo a linha de outros produtos “smart” (smartphones, smart cars etc.), é patente a presença dos ideais do controle, nos termos apontados por Deleuze e também por outros autores que vêm contribuindo, de formas distintas, para explorar esta modalidade de exercício do poder nas sociedades contemporâneas. Destaco neste campo os trabalhos do Nicholas Rose e do Michalis Lianos, e no caso mais específico dos estudos de vigilância, autores como Kevin Haggerty, Mark Andrejevic e Alex Galloway.

As tais câmeras inteligentes são programadas para detecção automatizada e em tempo real de situações consideradas irregulares e/ou suspeitas em ambientes específicos: aeroportos, estações de metro, estádios de futebol, praças, ruas. Assim, estes dispositivos pretendem prever incidentes, crimes e todo tipo de evento indesejável, de modo a frustrá-los, a impedir que se realizem. No artigo que você menciona, tentei ler as características destes dispositivos procurando entender como elas atualizam práticas, discursos, atores e dinâmicas próprias ao controle dos corpos e comportamentos nos espaços urbanos em que os cidadãos são entendidos e tratados como usuários. Espaços que devem conciliar segurança, consumo e conforto sem interromper a mobilidade dos corpos. Assim, elas operam no próprio fluxo das ações, detectando comportamentos suspeitos, de risco ou simplesmente irregulares que são previamente classificados como índice de um perigo iminente.

Notamos aqui um modo de operar distinto da disciplina, que organizava os corpos no interior de espaços fechados para docilizá-los através de procedimentos que

investiam o corpo, mas visavam sobretudo a alma e mecanismos de interiorização da norma. Através das “smart cameras”, o controle se exerce diretamente sobre a ação dos corpos em movimento, prescinde de maiores esforços sobre a interioridade dos indivíduos e atua num nível que pode ser dito infra ou supra individual. Aí reside outro aspecto que aproxima estes dispositivos da lógica do controle: importa menos agir sobre o agente do que sobre a ação. Dito de outro modo, esta forma de vigilância se diz menos invasiva na medida em que monitora os corpos sem precisar necessariamente identificá-los, sem violar sua privacidade e saber quem são os indivíduos em jogo. Como atuam diferenciando e detectando padrões de condutas regulares (entendidas como seguras) e irregulares (entendidas como suspeitas, perigosas ou indesejáveis), é como se dissessem: importa o que você faz e não quem você é. Mas é fundamental ressaltar que esta retórica da vigilância inteligente e “indolor” não é menos cheia de perigos que as tecnologias disciplinares.

O caráter preditivo, proativo e preventivo desta vigilância inteligente pretende ver adiante e agir antes da ação, do evento, condenando assim o futuro antes que ele se realize. Além do caráter um tanto ilusório deste poder em prever e prevenir, ele se encontra relativamente livre para atuar sem referência a um acontecimento ou evento, o que é extremamente perigoso e torna uma contra-prova e por vezes uma reação bastante mais complicadas. Se por exemplo me impedem ou dificultam a minha entrada num território ou espaço qualquer porque há na minha conduta índices de ameaça, como posso resistir a esta antecipação do que virei a fazer? Como posso escapar desta antevisão? O investimento nesta modalidade preditiva e proativa de vigilância é crescente não apenas no âmbito da leitura algorítmica de imagens mas também na análise de dados que circulam na Internet. A pretensão de gerir o possível é uma das faces mais eloquentes do tipo de controle prometido por tais tecnologias. Terminei aquele artigo chamando a atenção para o perigo político desta promessa, ainda que seu caráter ilusório seja flagrante.

3. Em sua prática acadêmica como tem sido o trabalho no Medialab.UFRJ? Quais são os principais projetos e como se estruturam as “cartografias da controvérsia”?

O MediaLab.UFRJ é um fruto do meu pós-doutorado, onde tive contato com a abordagem de cartografia de controvérsias desenvolvida por Bruno Latour, Tommaso Venturini e outros autores da chamada teoria ator-rede. Achei que seria interessante

experimentar esta abordagem na comunicação explorando o potencial das mídias e redes digitais de comunicação distribuída. Para falar breve e de forma muito simples, a cartografia de controvérsias é um modo de fazer pesquisa em que o foco da atenção está nas matérias, processos, sentidos que estão em disputa e portanto ainda não decididos. Este foco permite acompanhar os “objetos” de nossas pesquisas em ação (e não já estabilizados, decididos, formados). Esta estratégia possibilita acompanhar as negociações e mediações em curso, seja por exemplo na realização de um filme ou na montagem de uma exposição, na implementação de uma tecnologia de vigilância, na emergência de um movimento social etc. Cartografar as controvérsias permite, nos termos de Latour acompanhar a “linha de montagem” da fábrica social, em vez de partir de grandes pré-definições do que seriam, nos exemplos mencionados, o cinema, a arte, vigilância ou a política.

Neste momento, estamos (professores e alunos) cartografando:

- controvérsias acerca do controle de dados pessoais na Internet (coordenado por mim);
- dinâmicas do ativismo político na Internet (aqui atuamos em parceria com o Cibercult/UFRJ, coordenado pelo Henrique Antoun, e com o Labic/UFES, coordenado pelo Fabio Malini), com ênfase atual nos conflitos em torno do Marco Civil da Internet e nos protestos políticos recentes no Brasil;
- conflitos implicados nas tecnologias de auto-monitoramento da saúde, especialmente aquelas utilizadas pelo movimento “Quantified Selves”;
- controvérsias envolvidas na ocasião do julgamento do homem que veio a ser o primeiro interno do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro;
- mapeamento dos *commons* urbanos (projeto realizado por Pablo de Soto, que dialoga com a cartografia de controvérsias, mas tem uma metodologia própria);

Alguns destes projetos envolvem o mapeamento e a análise de dados da Internet, o que é uma outra via importante da cartografia de controvérsias. A arquitetura da internet cria uma cascata de inscrições de nossas ações, construindo bases de dados fazem a fortuna do marketing, da publicidade, do comércio, bem como das indústrias e políticas de segurança e vigilância. Um dos problemas que nos ocupa é o de uma outra política cognitiva possível para estes rastros. Como nos apropriar dos dados e rastros digitais que deixamos na Internet? Que estratégias e metodologias podem ser interessantes para as pesquisas em ciências humanas e sociais? Quais são

as armadilhas às quais devemos estar atentos? Estamos experimentando algumas estratégias, especialmente com os rastros deixados no twitter, para visualizar o modo como os atores se associam e se posicionam numa determinada controvérsia e como redes se formam. Está sendo interessante perceber, por exemplo, que quando trabalhamos com essas grandes quantidades de dados e com certos filtros de análise, a posição de um ator numa rede não depende dele, de suas intenções ou de suas 'crenças', mas do modo como os outros atores reverberam ou não a sua ação (o que nos termos do twitter significa replicar a postagem de alguém ou mencioná-la numa postagem). Visualizar estas conexões, suas dinâmicas e as redes que se formam a partir daí nos permite um tipo de perspectiva sobre uma dada controvérsia que certamente não a esgota, mas oferece pistas interessantes a serem exploradas e complementadas por outros instrumentos de observação e leitura.

4. A arte contemporânea tem frequentemente tomado os esquemas de vigilância como elemento para o desenvolvimento de obras. Como você vê essas aproximações estéticas e em que medida elas podem trazer novos olhares para os estudos de vigilância e visibilidade?

O diálogo com as práticas artísticas que se apropriam de esquemas de vigilância tem sido decisivo. Infelizmente, o investimento em outros caminhos de pesquisa me desviaram um pouco deste foco e não tenho acompanhado os trabalhos de arte mais recentes neste campo. De toda forma, até onde pude acompanhar, até 3 anos atrás, aproximadamente, percorri especialmente duas vias. A primeira consistiu em explorar as estéticas da vigilância que vinham se configurando recentemente não apenas no campo da arte, mas também no campo das mídias e práticas cotidianas. Nestas últimas, pude notar uma progressiva naturalização da vigilância como modo de exercer a percepção e a atenção tanto nos espaços urbanos, público ou privado, quanto nas mídias. Este processo se tornou especialmente visível com a circulação de imagens capturadas por celulares e por circuitos de video-vigilância privados tanto na chamada mídia de massa quanto na Internet. Ressaltei, nestas imagens, a pregnância de uma estética do flagrante que misturava elementos jornalísticos, libidinais e policiais. Esta naturalização da vigilância também ganha uma face participativa na internet, envolvendo outras tecnologias e práticas, como dispositivos de geolocalização e produção de mapas colaborativos voltados, por exemplo, para a

visualização de crimes nas cidades. Ainda vale mencionar aqui a incorporação da videovigilância como gênero narrativo no cinema e em programas televisivos, ou do que Thomas Y. Levin chama de retórica da vigilância, chamando a atenção para a incorporação da vigilância não apenas como conteúdo mas como estrutura narrativa no cinema. A segunda via procurou explorar trabalhos artísticos que colocavam em obra uma forma de atenção que de algum modo problematizava esta naturalização da vigilância, em vez de reiterá-la. Trabalhos do The Atlas Group (Walid Raad), *Surveillance Camera Players*, Roberto Bellini, Harun Farocki, entre outros, foram decisivos para apontar como a naturalização da vigilância como modo de ver e estar atento nas sociedades contemporâneas também encontra resistências, brechas, ruídos em diversos domínios, ainda que minoritários. Afinal, um regime de visibilidade jamais é homogêneo ou uniforme, mas heterogêneo em seus elementos, sentidos e efeitos.